

Antropologia e antropofagia

Rodrigo Petronio

O Apocalipse será a suprema realização da espécie humana.
René Girard

A Corda

De acordo com a famosa sentença de Nietzsche, o homem é uma corda atada entre o animal e o além-do-homem – uma corda sobre um abismo. Quando a formulou, seu intuito era mais filosófico do que literal. Queria definir o humano como algo não substancial em si e por si, como o lugar onde se realiza a ultrapassagem de toda determinação moral, cultural, metafísica ou biológica, como algo, enfim, que só existe enquanto contínua excentricidade. Não queria sugerir desdobramentos práticos de sua afirmação. Por isso, provavelmente ficaria surpreso se visse a rapidez com que ela pode vir a se tornar realidade.

Se analisarmos sua frase mais a fundo, constataremos o seu teor paradoxal. Saltará aos olhos a verdade que ela oculta ao se desvelar enquanto verdade, para usar a maiêutica desvelante-oclusiva de Heidegger. Se só existe humanidade à medida que há ultrapassagem do humano pelo homem, entendido como corpo biológico e alma metafísica, então o além-do-homem profetizado por Nietzsche está em plena via de realização. E isso começa a ocorrer não com a extinção dos seres humanos reais, entendidos como espécie, mas sim por meio da extinção do conceito de *humano*, que talvez sempre tenha sido e provavelmente sempre será *demasiado humano*. Ao contrário do que queria Nietzsche, essa superação não está se dando por um ato de transcendência, por meio do qual o espírito supere em si todo constrangimento *metafísico* e *biológico*, ou seja, toda a *religião* e toda a *ciência*. Realiza-se sim por uma paradoxal assimilação regressiva do *humano* pelo *animal*.

O que seria isso? Trata-se de uma mutação antropológica de impacto ainda desconhecido que se encontra nos dias de hoje em plena desenvoltura.

Ela é bastante perceptível por meio de uma incrível coincidência e de um axioma que podemos explorar à exaustão: o debate em defesa do pós-humano ocorre exatamente no mesmo momento histórico em que se reivindica a criação dos direitos animais. Analisemos essa coincidência temporal, que mais parece um capricho fortuito da natureza.

Golens & Galãs

Independente das conquistas luminosas que tais tecnologias de extensão corpórea possam proporcionar, entre a euforia ingênua e a superficialidade competente, poucos têm percebido a real amplitude da questão posta em jogo. E essa questão pode ser resumida em uma frase tão singela quanto catastrófica: daqui a alguns séculos ou mesmo daqui a um milênio, quem não for pós-humano será humano ou animal? Em outras palavras: qual critério biopolítico será usado para definir o limite entre o pós-humano e o humano e entre este e os animais? Quando falo em pós-humano, não me refiro apenas a pessoas com próteses neuronais maquínicas, mas a todos os humanos ou animais seqüenciados geneticamente. Afinal, um dos critérios distintivos entre humano e pós-humano, em termos teóricos, é a participação ou não do fator *acaso* na geração. Alguém seqüenciado geneticamente conta com uma anulação do acaso e da natureza em uma proporção muito maior do que quem simplesmente tem extensões maquínicas do seu sistema nervoso central. Essa questão vem desenvolvida magistralmente no filme *Gattaca*, no qual se postula um mundo no qual os não-sequenciados são “filhos de Deus” ou “filhos do acaso”, sinônimos de *párias sociais* e de *inválidos*. Ao passo que os sequenciados são aqueles que anularam a ingerência do acaso na criação. Quer dizer: nasceram *in vitro*. O futuro reserva uma incrível e inaudita equivalência, não mais entre Deus e Destino, mas entre Deus e Acaso. Não por outro motivo Nietzsche define o Acaso como o maior dos deuses, dando mostras do teor ainda criptorreligioso de seu pensamento.

Como diria Valéry, em uma sentença tão poética quanto verdadeira: *o ser é um acidente no não-ser*. Se desde Newton o Universo é uma complexa maquinaria de matéria fria e indiferente, e a vida, uma absoluta excrescência

no funcionamento das peças dessa engrenagem, e se desde Darwin a natureza é, por definição, o império do acaso, e o homem, uma poeira casualmente surgida nesse oceano de matéria cósmica em seu destino épico de cegueira e glória, quem nos garante que o pós-humano não será o novo paradigma de definição de humanidade, à medida que ele romperá com a cadeia de sucessões casuísticas e dominará a matéria, modelando-a e desenhando-se a si mesmo e às demais criaturas? O além-do-homem de Nietzsche, vulgo super-homem, nesse contexto, não seria uma versão ainda romântica e espiritualizada do pós-humano? Provavelmente.

Assim como Frankenstein foi uma invenção surgida de um terror agônico infantil diante da suspensão da contingência, uma fantasia tardia do romantismo gótico. Disso concluímos que até mesmo o além-do-homem de Nietzsche não irá sobreviver à potência e ao tônus moral do pós-humano, que irá extingui-lo. O super-homem será uma espécie de padre de um passado aborrecido, de todo desinteressante para o pós-humano. E de uma coisa podemos estar certos: os pós-humanos estarão mais próximos de Brad Pitt ou de um galã empresarial planetariamente bem-sucedido e geneticamente sequenciado do que do Golem desengonçado do filme de Paul Wegener.

A Mutação

Se a definição política do humano tende a se ampliar, englobando domínios maquínicos e genéticos até então desconhecidos, esse mesmo movimento inclusivo, seja ele pensado a partir da dialética clássica, seja a partir da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, tenderá a eliminar de si os resíduos que não se empenhem plenamente na coesão interna do processo de assimilação. Em outras palavras, tudo o que começar a ser considerado residual na passagem do humano ao pós-humano, o velho humano que come, dorme, passa fome, sente frio, sofre, ri, defeca, sonha e faz amor, tenderá a ser suprimido.

Diante disso, se as teorias da consciência vigentes durante tantos séculos de filosofia e de teologia já tinham sido dinamitadas pelo darwinismo, agora se

encontram em estado final de erosão, com as novas teorias processuais da consciência e dos nexos materiais e causais que a produzem como fenômeno vital. Como disse o filósofo da mente Daniel Dennett, cavaleiro da nova cruzada ateuista extemporânea, o *eu* é uma ficção útil. Da utilidade à inutilidade, vai o espaço de uma mudança de costume no uso dos talheres. Caso uma teoria consiga reduzir a consciência humana a um fenômeno de campo material estará com isso igualando a sua essência aos modos de apreensão e de apreensão perceptiva animais. Será o fim definitivo da fronteira que separava os seres humanos de todo o restante dos seres vivos, indicando entre ambos mais uma distinção de grau e de níveis de complexidade de sistemas do que uma distinção de natureza.

Mas, claro, nem tudo é fraternidade nesse elo perdido cósmico que nos reunirá aos nossos queridos animais. E o debate não se reduzirá a meras elucubrações de laboratórios e cátedras de filosofia. Há uma tendência inexorável de essas teses ganharem o espaço público e reformularem radicalmente os princípios do biopoder planetário, borrando as margens jurídicas que separam animais e humanos e, conseqüentemente, reforçando a linha divisória que separa humanos de pós-humanos. Assim, do ponto de vista da ampliação dos direitos dos animais, cuja alegre e ruidosa cidadania verde, por meio da ideologia e da tecnologia ecológicas, se encontra em plena expansão no planeta de Avatar, um novo sentido de consciência encontrará legitimidade e, por conseguinte, jurisdição. A milenar distinção entre a lei das selvas e a lei da polis, entre *physis* e *nomos*, tende a se apagar.

Biopolítica

Como toda mutação antropológica, as conseqüências não são imediatas. Mas submetidas exponencialmente ao efeito compressor da tecnologia, talvez hoje elas se sintam com muito mais velocidade do que na lentidão esmagadora da passagem dos homínídeos ao *homo sapiens*. Se no passado da Terra eram necessários até milênios para a seleção das espécies, quem sabe esse processo hoje em dia leve apenas alguns séculos? Nesse caso, os legisladores dos esquilos, dos gafanhotos e das alfaces serão os futuros protetores de

nossos tataranetos? Ou viveremos em um mundo de pós-humanos divididos entre comedores de granola e de bebês? Malgrado o teor insólito desse tipo de futurologia, é inescapável tecer algumas considerações a esse respeito. Mais do que isso: torna-se urgente pensar em novas formas de definição da vida em um sentido político, antes que a vida seja confiscada pelo poder de quem consiga arbitrariamente defini-la primeiro.

Partindo da hipótese da mudança de demarcações de fronteiras entre animais, humanos e pós-humanos, perceberemos que ela se dá de modo unilateral. Se a assimilação recíproca dos humanos e dos animais ocorrerá certamente em função de ambos serem formas de vida submetidas ao acaso, ou seja, à natureza, o corte entre os pós-humanos e o conjunto de outras formas de vida, incluídos os humanos, será autoexcludente, pois colocará em xeque a própria totalidade da natureza entendida como processo autônomo e indiferenciado.

Em linhas gerais, do ponto de vista antropológico, as novas tecnologias gênicas e de próteses neurais, bem como as teorias que, baseadas em padrões processuais, sustentam uma indiferenciação entre consciência humana e vitalismo animal, não substituirão o ser humano pela máquina nem o reduzirão a princípios mecânicos. Esse é apenas o aspecto mais pueril do problema, em última instância irrelevante, pois em termos cibernéticos uma máquina *nunca* poderá ser totalmente equivalente a um aparelho biológico, pois teria, para isso, que reconstituir em si mesma todos os bilhões de anos que o Universo levou para tramar cada corpo biológico singular. Tampouco essas tecnologias levarão os humanos reais ao extermínio, como se espera no desfecho de filmes b de ficção científica.

O que tais tecnologias certamente produzirão a longo, médio ou até mesmo curto prazos é algo muito mais etéreo, drástico e irreversível: a extinção do conceito biopolítico de *humano*. Este, assimilado à animalidade, terá de se defrontar com uma nova fronteira opositora: não mais a separação entre humanos e animais, mas sim a separação entre ambos e os pós-humanos. A película de cisão entre os humanos e os animais tende a se dissipar em uma via dupla. Esse apagamento ocorrerá tanto por meio da

assimilação dos conceitos biopolíticos de *humano* e de *animal* sob a mesma categoria genérica de *animais* ou de *natureza*, quanto por intermédio das novas teorias científicas que definem a consciência como campo processual indiferenciado de informações vitais.

Por seu turno, em sentido inversamente proporcional, uma enorme muralha invisível se erguerá entre os pós-humanos e os demais seres vivos, entre sequenciados e não-sequenciados, entre protéticos e não-protéticos. A reivindicação de maior acesso aos meios biotecnológicos não será diferente à do proletariado do século XIX por melhores salários. A nova triagem política do Palácio de Cristal passará necessariamente pela utopia gênica. A nova cisão planetária ocorrerá entre aqueles que pertencerão às estufas de conforto e poderão investir suas ações vitais no fundo de *commodities* da seguridade biológica e maquínica e aqueles cujas carnes, vitimadas por baixas taxas de imunologia política, estarão submetidas aos flagelos de velhos mitos, tais como Deus, amor, esperança, democracia, progresso, liberdade, solidariedade, natureza e acaso, numa curiosa coexistência excludente entre culturas e mitologias globais nômades e sedentárias. Mas as consequências mais radicais dessa clivagem ainda estão por ser pensadas.

O Parque Humano

Em 1999, o filósofo alemão Peter Sloterdijk pronunciou a sua tão famosa quanto deturpada conferência em Elmau, na Baviera, publicada sob o nome de *Regras para o Parque Humano*, e escandalizou os bons sentimentos da classe intelectual, quase sempre cínica e sempre média, com a sugestiva proposta da criação de um banco genético humano mundial. Partindo de uma passagem de Platão, na qual o luminar da filosofia ocidental propunha que se procedesse a uma distinção entre os homens mais e menos saudáveis como modo de assegurar a aptidão para a vida política, Sloterdijk argumenta que o projeto eugênico não é um patrimônio dos sistemas totalitários do século XX.

Gestada no Gabinete dos Cínicos, ao chamar para si a experimentação sem limites das possibilidades oferecidas pela natureza, com o intuito de

produzir cada vez mais eficácia e melhora no desempenho da máquina humana, a modernidade como um todo se funda sobre uma utopia eugênica. Um ser humano cada vez melhor e cada vez mais plástico é o sonho que unifica todos os projetos modernizadores, sejam quais forem seus quadrantes ideológicos e econômicos. Sonho esse que se realiza de modo cada vez mais eficaz e veloz nos dias de hoje, justamente na época que sepultou as aborrecidas e entediadas utopias políticas do século XX.

A sugestão de Sloterdijk não só é plausível como perspicaz. Mesmo com o naufrágio do velho humanismo e das velhas *escolas de domesticação humana* e mesmo com o fracasso de sua tentativa de criação de um novo homem por meio das utopias políticas, o projeto eugênico se encontra de vento em popa. Ele se materializa nas cotações do mercado gênico mundial e nas bolsas de ações em biótipos, independente da lamúria das carpideiras marxistas e dos fantasmas humanistas que ainda assolam o debate, reivindicando uma natureza humana ou uma naturalidade do homem que o próprio arco histórico humanista moderno, seja ele liberal ou socialista, ajudou a destruir.

A despeito da *falsa consciência ilustrada* dos cínicos, mais preocupados com a nossa dignidade humana perdida do que os religiosos com a Queda, o processo de sequenciamento genético se encontra em franca expansão. Assim, nada mais justo do que pensar, para um futuro próximo, em uma jurisdição para a partilha gênica planetária. Foi essa a coragem de Sloterdijk ao trazer a questão para o debate e enfrentá-la. Porém, por conta das contingências e circunstâncias de seu escrito, faltou um passo decisivo à sua reflexão. Agora, diante dos novos postulados abertos pela defesa do pós-humano, talvez possamos levar ainda mais longe a sua premissa.

Antropofagia

O filósofo italiano Giorgio Agamben deu uma contribuição importante para a compreensão da biopolítica global contemporânea com sua obra *Homo Sacer*. Baseou-se em uma antiga figura do direito romano que designava um

papel bastante estranho para nossa sensibilidade atual: o *homo sacer* é, por definição, *matável*. Ou seja, não se inscreve no ordenamento jurídico vigente, podendo ser assassinado sem comprometimento do praticante do ato. Da fronteira entre estado de direito e estado de exceção, Agamben depreende a sua teologia do Estado moderno, sustentando a polêmica tese de que a assimilação da *bíos* pela *zoé*, ou seja, da vida *determinada* da esfera política pela esfera *indeterminada* da vida natural, é o mecanismo por meio do qual as políticas de extermínio modernas se fundamentaram e sobre o qual criaram a sua impecável racionalidade.

Se humanos e animais gozam de uma mesma dignidade natural, em caso de fracasso de políticas ambientais, ambos poderão ser abatidos? Poderíamos dizer que a inofensiva propaganda dos ecologistas prepara a base teórica para futuras biopolíticas de extermínio globais? De boas intenções a natureza está cheia. Sem entrar no mérito de debater a tese de Agamben, ela levanta um ponto nuclear. Sob essa *matável vida nua*, como ele a define, e em um seguimento temporal mais amplo, se oculta um mecanismo antropológico ainda mais profundo, que lança raízes na própria origem da cultura humana. Trata-se do *bode expiatório*, para me valer aqui da preciosa tese de René Girard, e, em última instância, do *ritual da antropofagia*. Ambos, bode expiatório e antropofagia, desempenham, por sua vez, uma função essencial no nascimento de algo tão abstrato quanto poderosamente real: a lei. Afinal, vale lembrar, não é fortuito que a maior parte do pensamento moderno tenha se ocupado das origens da civilização sempre em um nexos indissociável e de homologia entre a instauração de uma violência arcaica e a fundação da lei.

Seja no nível sociológico pensado por Marx, no qual a propriedade seria fruto de um roubo ancestral e a lei, a codificação ulterior que naturaliza o roubo como patrimônio. Seja no nível cosmológico de Nietzsche, no qual a lei nasce como válvula reguladora do ressentimento contra um cosmo adverso. Seja como lei natural de seleção por extermínio das espécies mais fracas, em Darwin. Seja como assassinato e canibalização do pai arcaico, que instaura a lei e a consciência da culpa para Freud. Seja como lei totêmica e interdição do incesto na passagem da natureza para a cultura, para Lévi-Strauss. Seja a lei tomada como fundamento da inscrição na cultura e como castração simbólica

pela linguagem, segundo Lacan. Seja a lei entendida como expiação reguladora da violência mimética contagiosa, neutralizada mediante a descarga exercida sobre o bode expiatório, como propõe Girard.

Em todos esses sentidos, é quase uma dominante na linhagem hegemônica do pensamento moderno, definida como *hermenêutica da suspeita*, entrever o jogo de luz e sombra nas franjas do real como sendo o verdadeiro cenário no qual se desenrola a aventura moral humana. Aquém e além desse umbral oscilante de violência e sentido, se espraia o silêncio indiferente dos espaços infinitos e o mutismo tão harmonioso quanto insignificante de todas as outras formas de vida. Mais do que a díade platônica de recurso e pobreza, o ser humano é e sempre foi o acorde consonante de uma sinfonia feita de carência e fúria, avessa às ordens da natureza. Como diz Bataille, a cultura humana não nasce da emancipação de uma lei natural, mas sim de uma transgressão da natureza. A humanidade só começa com os golpes de clava no corpo morto de um inocente. Exatamente ali onde abruptamente termina a natureza começa o homem. Essa é a inscrição do homem em sua humanidade.

Novo Ecumenismo

Como disse Vilém Flusser, genial filósofo da linguagem e das tecnologias, em nosso tempo o sentimento religioso se tornou de novo *geral*, ou seja, tornou-se de fato e finalmente *católico* – e abissal. Pois ao contrário do projeto histórico cristão, esse novo catolicismo do espírito religioso reside na partilha de um sentimento universal de *falta de fundo*. Sim: no limiar do terceiro milênio, a experiência do Nada talvez seja a única experiência religiosa que nos una como espécie.

Diante dessas constatações, como pensar a passagem do humano ao pós-humano? Quem nos garante que esse Nada de valor e de sentido não será a substância transfigurada das religiões do futuro? Em outras palavras, na era pós-humana, como a humanidade do homem será antropologicamente preservada, de modo que ela não transborde para a afasia de um além

inarticulado nem regrida a um aquém animal ou vegetal, para lembrar os dois polos da relação língua-realidade descritos por Flusser? Certamente, ela será salvaguardada por meio da *reativação do ritual do canibalismo*. E aqui *não* uso o sentido figurado. Emprego o sentido literal.

Limiar

Mesmo em toda sua majestade, a violência e a morte produzidas no século XX ainda não tinham transposto o limiar antropológico de sua redenção, de sua consumação, de seu remate, aquele *turning point* a partir do qual o que é se transfigura em outro de si: muda de natureza sem mudar de essência. Isso ocorre porque a violência, com algumas raras exceções, ainda não ultrapassou a lógica do assassinato. Quer dizer: ainda não se transformou em canibalismo. Em outras palavras: a inscrição simbólica dos pós-humanos na clareira da cultura se fará mediante a restauração da antropofagia. Da mesma forma, tal como se deu a abertura da antropogênese humana há uns quinhentos mil anos, a futura saída dos humanos da dimensão puramente animal à qual eles estão sendo reconvertidos só se dará mediante a nova inscrição de um umbral de violência, ou seja, com uma nova vigência dos rituais de canibalismo. Somente mediante a devoração literal de seres humanos o homem persistirá em sua unidade antropológica.

A antropofagia seria o novo *locus* metafísico planetário e uma nova mitologia política? Será por meio dela que a morte paradoxalmente renascerá plena de sentido em um horizonte extinto? Seria a antropofagia a grande interdição não nomeada da civilização e da cultura humanas, prestes a ser desativada? Será essa a descoberta e a revelação profética do grande Apocalipse a que se refere Girard? Não uma catástrofe nuclear, mas o reconhecimento, até à raiz orgânica, da substância traumática de que somos feitos, misto de mimetismo e violência endêmica? Seria a antropofagia a experiência radical do mimetismo que funda a cultura humana? O alfa e o ômega da nossa humanidade? Se as intuições geniais de Oswald de Andrade estão corretas, a compreensão do nosso futuro milenar dependerá, ironicamente, de uma melhor compreensão da alegria canibalesca dos

tupinambás? Em que sentido transpor o umbral antropológico da passagem dos humanos aos pós-humanos não implicaria necessariamente uma atualização de um rito sacrificial? Quem será o anátema desse novo éon? Arrisco dizer: o homem.

E nesse sentido, como brilhantemente intuiu Girard, o cristianismo, entendido como metáfora teocrítica, continua sendo sublime e insuperável, pois já sinaliza, em sua própria estrutura, esse novo ecumenismo negativo e sacrificial planetário. Porém, hierofania do amor, o cristianismo não é uma religião que oferece um novo modelo de expiação, mas sim uma fé que realiza, no nível antropológico, a *desativação mesma do mecanismo sacrificial e da lógica do bode expiatório*, como propõe Girard. Justamente por isso, não atenderá às necessidades literais e traumáticas que esse transtorno antropológico iminente exige. Tal como o super-homem de Nietzsche, o cristianismo também não sobreviverá. Ambos representam figuras hierofânicas da grande era antropocêntrica do mundo, em cujo limiar de extinção nos encontramos.

A Morte Obsoleta

Obviamente, quando falo em antropofagia, e como disse, não o faço em sentido simbólico, mas literal, não me refiro à morte, pois a cultura da morte quase se confunde com a cultura humana. A morte envelheceu depressa nos últimos séculos. O cultivo da morte e o desenvolvimento das tecnologias da morte chegaram a seu apogeu de voracidade e refinamento no século XX. O Iluminismo nada mais foi do que a descoberta do sentido escatológico e da teleologia épica que a morte pode oferecer, mediante um uso racional das reservas de violência endógenas dos grupos sociais. E não é por outro motivo que Agamben define os campos de concentração e os democídios do século XX como uma realização impecável da lógica e da racionalidade ilustradas, não como uma excrescência romântica, alheia ao processo modernizador. O totalitarismo é a realização plena da razão. O extermínio é a obra de arte total do Estado.

Usada racionalmente, a morte é o combustível do progresso. Porém, no mundo contemporâneo, as tecnologias da morte já foram superadas pela eficácia produtiva das neuroses de massa. Da mesma forma, as tecnologias da guerra já foram diluídas no cotidiano armamentista das repartições públicas, na artilharia da mídia e nas trincheiras proativas das empresas. Nem os atentados terroristas escapam ao infantilismo da pura agressão e às engrenagens da cultura do entretenimento. Mesmo com a *privatização da guerra* e com a sua transformação em uma *prestação de serviços*, como mostra o estudo de Rolf Uessler, a guerra ainda é muito dispendiosa. Não é mais uma fonte de riqueza psicopolítica. A escravidão chegou ao fim no século XIX porque os combustíveis fósseis tornaram-se muito mais baratos e eficazes do que os combustíveis humanos. Isso não quer dizer que a escravidão tenha se extinguido. Ela apenas foi democratizada. Passou a ser ministrada em doses homeopáticas. O mercado da escravidão foi reterritorializado em outros espaços e práticas. Tornou-se um bem de consumo cotidiano. A forma histórica e clássica da escravidão se transformou em uma forma obsoleta de violência.

Em breve haverá um parque temático de suicidas? Contra o parasitismo social oneroso, quem garante que não serão criadas políticas públicas de incentivo à eutanásia? Estas podem assumir modalidades de entretenimento pedagógico-cultural, e virarem uma espécie de BBB da morte. Nessa chave, a defesa do humanismo que vemos em filmes como *Vênus Negra* é tão edificante quanto tola. A animalização da negra africana, enjaulada em um picadeiro e noticiada na seara dos *faits divers* da Londres do século XIX, não difere em nada da zoofilia planetária dos animais que, entre piscinas e bundas, literalmente animam os programas de auditório dos nossos domingos.

Em última instância, a criação de novas doenças de eficácia homeopática e de um sistema *delivery* de novos vírus sem cura em nível global serão sempre muito mais lucrativos do que qualquer assassinato. Tudo é uma questão de capitalizarmos bem a violência. Tudo se reduz a mecanismos de onerações e desonerações que abastecem e climatizam a biosfera artificial das novas hordas sociais flutuantes. Nelas navegamos no *espaço interior do capital* e habitamos o castelo de conforto planetário. A morte não tem mais para onde evoluir. Ainda mais na era pós-humana, na qual a utopia da longevidade e o

advento de uma eventual suspensão literal da morte podem se concretizar significativamente, aumentando a vida útil dos investidores.

Robôs na Alcova

Seria então a antropofagia o maior tabu da civilização? Provavelmente. Nesse sentido, não deixa de ser significativo que mesmo um autor como Marquês de Sade, espécie de limite imaginário de transgressão, violência e infração de rigorosamente todos os códigos, leis e costumes que estruturam a cultura dita humana, por meio de práticas que vão das mutilações genitais e do incesto à coprofagia e ao assassinato, também tenha seus tabus. Dentre eles, a interdição explícita da autofagia e a quase inexistência de antropofagia em suas divertidas narrativas.

A obra de Sade é a versão pornográfica do homem-máquina de La Mettrie. Seus corpos-engrenagens têm o único intuito de transformar orifícios e protuberâncias em uma mecânica de válvulas e alavancas de prazer. O imaginário sádico é um onanismo coletivo. É uma festa fecal da incomunicabilidade ontológica. É um jardim da infância da univocidade. Porque o sadismo nada mais é do que a extinção de toda a dimensão orgânica do gozo. Nesse sentido, é extremamente conservador, pois consiste em uma interdição radical da experiência orgânica e, portanto, agônica e antagônica, do prazer, entendido como plena impotência do sujeito perante o objeto. Vive majestosamente em sua ilusão ejaculatória de um protagonismo sem rival. É justamente por isso que os personagens se fodem, mas não se amam e tampouco se comem – literalmente. Há transgressão, mas não há antropofagia. Afinal, robôs, mesmo pornográficos, não são bons para a digestão. Tudo isso demonstra que, no fundo, apesar de seus devaneios infanto-juvenis, Sade não passava de um bom e velho moralista francês.

Se aparentemente ridicularizo o divino marquês, faço-o apenas para demonstrar que aos olhos da lógica pós-humana ele não passará de uma inofensiva peça de antiquário. Mais que isso: aos olhos pós-humanos, haveria um elo subterrâneo profundo entre as religiões reveladas e soteriológicas

universais e a obra de Sade. Tal como as primeiras constituem um *corpus* doutrinário em louvor a Deus, a obra do marquês é uma Bíblia de louvor à Natureza. Ambos são motores metafísicos, simbólicos e antropológicos de humanização e de animalização, respectivamente. Nesse sentido, tanto os escritos religiosos quanto os sádicos são manuais pedagógicos de produção de inválidos, sejam eles filhos do Deus-Acaso ou da Lei-Natureza.

Da Ontologia à Odontologia

Em linhas gerais, se o processo de hominização levou milhões de anos para se cumprir até o estágio atual, do ponto de vista lógico tudo indica que ele precisará de um período de vigência planetária do canibalismo para subsistir, caso contrário entrará em colapso e a hominização será abortada. Tal como o trauma inaugural, ou seja, o fenômeno da *neotenia*, do nascimento prematuro, criou o enclave biológico que eviscerou o ser humano dos hominídeos, gerando duas espécies, o novo umbral antropológico também exige um hiato, uma passagem que não será meramente mítica, mas material, literal.

As fronteiras biotecnológicas podem fornecer os liames físicos de distinção das espécies, mas não os culturais. O corte antropológico que determinará a cesura entre humanos e pós-humanos se dará quando os pós-humanos refundarem atavicamente o assassinato arcaico, ou seja, quando vitimados pela violência intestina e incontrolável dos embates entre grupos, canibalizarem os humanos de outrora. Por seu turno, o escape e a passagem dos humanos animalizados à reconquista de sua humanidade perdida certamente passará também pela reedição do ritual de canibalismo, de preferência dos inimigos, dos pós-humanos, cujas carnes, se ainda existirem, serão as mais tenras da Terra. Lembrando a fina ironia de Oswald de Andrade, a saída para a civilização não será *ontológica*, mas *odontológica*.

Relatório para a Academia

Kafka compreendeu como ninguém o biopoder do mundo contemporâneo. Mais que isso: ele é o profeta das tecnologias de poder e da biopolítica mundial que está por vir. Em seu conhecido conto, um chimpanzé fala de seu passado simiesco para uma Academia de Ciência. Por ironia de segundo grau, ao escrever este texto, coloco-me, diante de vocês, no lugar desse erudito chimpanzé. A paródia de Kafka é uma inversão brilhante da teleologia da história natural. A ciência é vista como o macaquear pré-histórico de uma humanidade ainda por vir, como uma anamnese prospectiva dos mais fracos que serão futuramente vencidos pela seleção dos mais fortes, engendrados pela própria ciência. Seleção esta, no caso, não mais natural, mas artificial, feita mediante a incisão biotecnológica que separa os sequenciados dos não-sequenciados, os humanos dos pós-humanos.

Porém, como diz o poeta: de tudo fica um pouco. Às vezes uma flor. Às vezes um rato. Essa ancestralidade incrustada nos moldes pós-humanos precisará de uma resolução simbólica. É difícil conviver com esses fragmentos humanos que se alojam na plasticidade de um corpo em quase tudo puro, edênico. Tal como os neandertais deixaram vestígios físicos no *homo sapiens*, paradoxal e simultaneamente desapareceram e se preservaram, a passagem do humano ao pós-humano não será em vão. Algo do furor ancestral e da rebelião cósmica contra as fagulhas de um passado perdido, porém inacessível, tenderá a se manifestar da maneira mais brutal possível nesse seres sublimes de amianto e luz. E será assim que o pós-humano, ao reeditar o assassinato do pai arcaico das hordas paleolíticas de homínídeos, se humanizará mediante o canibalismo.

Nesse sentido, por mais aberrante que isso possa parecer, podemos nos perguntar se seria o caso de os intelectuais, as autoridades, os juristas e toda a sociedade começarem a pensar em uma jurisdição planetária e em uma organização biopolítica realista para a circulação, o abate e o consumo de carne humana? Por maior que seja a falsa moral e a real hipocrisia de todos os que queiram escamotear a irreversibilidade desse processo, não seria factível considerar a sua pertinência? Se podemos racionalmente pesar e pensar essa

sucessão de inscrições de absurdo, beleza e desgraça que constituiu a nossa condição, desde os primatas até nós, por que não a pensarmos também de nós aos nossos futuros herdeiros? Talvez eles não estejam tão distantes quanto imaginamos.

Uma Nova Moral

No século XVII, o moralista Jonathan Swift escreveu o libelo satírico *Modest Propose*, no qual propõe que se tirasse uma fatia da nádega das crianças mais rechonchudas para acabar com a fome na Irlanda. Talvez ele não soubesse quão profético fora seu riso. E quão saborosa e impiedosa será a gargalhada daqueles que, num futuro distante, estando do lado dos devoradores e não dos devorados, compreenderão alegre e plenamente a sua alegoria.

Swift e Kafka apenas anteviram os mecanismos antropológicos que fazem de mim, de você e de todos nós os primatas de um futuro vazio, avesso a qualquer ilusão, mas não isento de arrependimento. Porque a humanidade do homem só se extinguirá o dia em que não houver arrependimento. Para ela não se extinguir, seremos sempre e cada vez mais capazes de cometer transgressões e infrações cada vez mais graves. Ou cada vez mais banais, como um dia será comer carne humana.

Afinal, possivelmente ela será mais natural e, portanto, na falta de algo mais saudável, os vegetarianos podem preferi-la aos legumes transgênicos. Se ocorrer de ela ser mais barata, então teremos de fato a universalização cabal de seu consumo. A propósito, na culinária, como em tudo, os chineses estão na vanguarda. Os seus acepipes e manjares feitos da carne tenra de nossos arcaicos irmãos macacos podem no final das contas servir de atenuante e lenitivo para a consciência antropológica e humanista do futuro.

Fim e Começo

A origem da vida tem cerca de sete bilhões de anos. O pré-cambriano, período de formação geológica dos unicelulares, dos minérios e dos vegetais, ocupa 82% do tempo de vida da Terra. Nós, incluídas todas as formas de homínídeos anteriores ao *homo sapiens*, encenamos nossa farsa há um tempo equivalente a 1% do tempo da vida geológica. Mais que isso: do montante deste 1% de vida homínídea, passamos 99% nas savanas africanas e estepes, como caçadores, isto é, como predadores. Ou seja: apenas 1% do 1% da vida homínídea constitui isto que chamamos gloriosamente de civilização, que tem dez mil anos. Diante desses números, o leitor inteligente deve ter esboçado um sorriso constrangido, amarelo e terrível. Compreendeu o que quero dizer. No dia em que um homem do futuro, o *último homem* de que fala Nietzsche, canibalizar sem remorso aquilo que ele fora e não o é mais, é sinal de que, além e aquém do humano, a humanidade se extinguiu.

A sua assimilação cultural e orgânica ocorrerá sem fraturas e, portanto, sem saltos. Ou seja: ele será dotado do mesmo processo fotossintético das algas e da mesma indiferença e estupidez dos unicelulares. Ter-se-á rompido a cadeia de ouro de Homero, o invisível fio que conecta a multiplicidade infinita da aventura humana sobre a Terra. Por maior que seja seu estado de harmonia com a natureza, filosoficamente ele estará mais próximo de uma ameba ou de um protozoário do que de um humano, por mais que a biologia e os anatomistas queiram em vão provar o contrário. Haverá homínídeos, mas não haverá humanidade, nem em humanos, nem em animais, nem em pós-humanos.

Eclesiastes

Porém, até isso é digno de ser relativizado. Pois se tal extinção pode representar um grande drama para as boas almas e para as consciências antropocêntricas, aquelas que acreditam que sejamos algo mais do que um belo caniço pensante, ela é absolutamente irrelevante para o fenômeno da vida. Voltando a Nietzsche: um dia, em um lugar chamado Terra, um ser

chamado homem inventou uma coisa chamada conhecimento. Como arremata o filósofo: esse foi o acontecimento mais arrogante da história do Universo. O mesmo pode-se dizer sobre o dia em que, em eras longínquas de um passado pós-glacial, em uma atitude simiesca, um macaco se dirigiu às águas translúcidas de um rio e, nele se espelhando, se chamou de homem.

Rodrigo Petronio é editor, escritor e professor. Formado em Letras Clássicas e Vernáculas pela USP. É professor da Casa do Saber, da FAAP e da Fundação Ema Klabin. Pesquisador associado do Nemes (Núcleo de Estudos de Mística e Santidade) da PUC-SP, com ênfase nas áreas de Arte e Filosofia. Autor dos livros *História Natural* (poemas, 2000), *Transversal do Tempo* (ensaios, 2002) e *Assinatura do Sol* (poemas, Lisboa, 2005). É organizador o livro *Animal Olhar* (Escrituras, 2005), primeira antologia do poeta português António Ramos Rosa publicada no Brasil, e das *Obras Completas* do filósofo brasileiro Vicente Ferreira da Silva (três tomos). Lançou, pela editora A Girafa, o livro de poemas *Pedra de Luz*, finalista do Prêmio Jabuti 2006. Foi condecorado com o Prêmio Nacional ALB/Braskem de 2007, com a obra *Venho de um País Selvagem*, publicada em 2009 pela Topbooks, e que foi contemplada também com o Prêmio da Fundação Biblioteca Nacional.